

Resenhas

ROEDIGER, David. *Class, Race and Marxism*.
London, New York: Verso Books, 2017.

Atilio Bergamini¹

É bem conhecida a crítica ao argumento chamado por alguns “racialista”: no Brasil ele não funciona, porque dada a miscigenação, converteria um problema complexo à oposição inequívoca branco-negro, inspirada na universidade norte-americana. Tal crítica figura em livros excelentes, como *Veneno remédio*, de José Miguel Wisnik (2008, p. 420-429), de onde parafraseei as linhas acima, e em outros mais questionáveis, como os trabalhos do antropólogo Antonio Risério (por sua vez, citado elogiosamente por Wisnik).

A impressão que fica, às vezes, é que era melhor deixar para lá o debate sobre raça, porque nossa perspectiva colonizada tende a imitar acriticamente as ideias norte-americanas. Ao mesmo tempo, como demonstra o próprio Wisnik, a questão racial é tão estruturante de cada aspecto da vida no Brasil e tão central para a compreensão da estrutura de classes, que se furtar ao debate orça na irresponsabilidade. Diante disso, voltamos ao início: parece ser relevante, entre outras coisas, conhecer o que tem sido escrito a respeito de raça aqui e alhures, para ir, pouco a pouco, formando juízo a respeito. Será a diferença racial nos Estados Unidos mesmo inequívoca? Só é possível aproveitar o denso debate que por lá ocorre a partir da imitação e da cópia? Caso o leitor considere relevante avaliar criticamente o que se discute nos Estados Unidos ou se informar sobre o que tem sido feito nas universidades e movimentos sociais, então *Class, Race, and Marxism*, do historiador da Universidade do Kansas, David Roediger, é leitura recomendada.

O livro se vale de palavras-chave – no sentido que lhes deu Raymond Williams – para, entre outras coisas, analisar publicações sobre a administração

¹ Professor de Teoria Literária da Universidade Federal do Ceará.

de fazendas e de escravos no século XIX. Procurando me vincular a um dos métodos do pesquisador, gostaria de iniciar esta resenha com uma lista de algumas delas, o que talvez ajude leitores potenciais a ter uma noção do conjunto de preocupações que anima o livro e não deixa de ao menos esboçar os principais traços da obra de Roediger como um todo: administração de escravos, administração da terra, brancos, capitalismo, classe, classe trabalhadora, colonialismo, escravidão, fazendas de algodão, guerra civil norteamericana, imperialismo, marxismo, materialismo histórico, nacionalismo, negros, racismo, raça, solidariedade, universalismo.

O argumento que costura a coerência dessas palavras-chaves talvez possa ser parafraseado assim: os contemporâneos recuos da atividade sindical e dos movimentos por direitos civis nos Estados Unidos impõem dificuldades à compreensão das relações entre classe e raça desde uma perspectiva marxista. As dificuldades aparecem inclusive no tom das discussões a respeito, enquanto os recuos precisariam ser pensados a partir do chamado “fator-X”, formulado por Michael Lebowitz, de acordo com o qual a produção capitalista aumenta a cooperação entre trabalhadores, aumentando a separação e as diferenças entre eles, o que dificulta a solidariedade. Um dos componentes mais explícitos da separação e das diferenças seria o racial; sua história exigiria pensar a raça como um dos fundamentos do capitalismo. Isto posto, a solidariedade precisa ser enfatizada como palavra-chave na superação do fator-X, cabendo entender quais condições a tornam efetiva e sobretudo cabendo sopesar o que a torna difícil. Nesse ponto, o livro remete implicitamente ao seu início, pois o tom das discussões em torno de raça e classe passa a ser um sintoma das dificuldades para a solidariedade efetiva entre trabalhadores. A compreensão de um problema e as intervenções públicas para contorná-lo vão de par, numa dialética singular em que, se uma enfraquece, ambas enfraquecem ao mesmo tempo, criando figuras como o racismo, o nacionalismo e a falta de solidariedade entre trabalhadores.

Esses argumentos estão distribuídos em duas partes com três capítulos cada. A primeira se intitula, não por nada, “Interventions: Making Sense of Race and Class”. A segunda, “Histories: The Past and Present of Race and Class”. A estrutura do livro, portanto, remete à dialética recém referida.

Roediger antepõe às duas partes principais uma introdução, marcada sobretudo pela discussão a respeito do tom das polêmicas a respeito da dialética raça e classe: “I do stand by the idea that all of us should approach the difficulties for thinking about race and class generated by the difficult period in which we live with humility and frank admission that we cannot know where thing will go” (p. 19). Essa preocupação exigiria atenção em duas frentes de trabalho: as recentes lutas e os recentes trabalhos acadêmicos. Roediger vê nesse conjunto de lutas e trabalhos lampejos de possibilidades para a criação de vínculos efetivos de solidariedade na classe trabalhadora. Três áreas mereceriam especial atenção:

- 1) estudos críticos sobre a branquitude (que poderiam ajudar a entender mudanças contemporâneas na classe trabalhadora);
- 2) movimentos anti-polícia e antirracismo, bem como trabalhos lidando com a desigualdade social desde a perspectiva da população afro-americana;
- 3) críticas às ideias de intelectuais como David Harvey, de que raça não ajuda a pensar a lógica do capital, trazendo outras compreensões do processo de criação de raças, do racismo e da maneira como isso tudo se relaciona com a luta de classes.

Embora os três itens remetam a trabalhos por serem feitos, eles não deixam de se fazer presentes e, se minha leitura ainda inicial dos trabalhos de Roediger permite dizer, parecem ser um resumo válido do que o tem preocupado desde pelo menos o final da década de 1980.

Tendo em vista o que acabei de afirmar, creio ser importante, antes de expor e discutir brevemente algumas das principais ideias de *Class, Race, and Marxism*, lembrar que ele é o sexto livro de Roediger lançado pela editora Verso, vinculada à *New Left Review* e responsável, desde os anos 1970, por colocar em circulação reflexões de esquerda em diversas áreas. Do ponto de vista do público brasileiro, talvez seja interessante lembrar que a Verso editou e traduziu para o inglês dois conjuntos de ensaios de Roberto Schwarz, em 1992 e 2013. De Roediger, esta casa editorial lançou: *Our Own Time: A History of American Labor and the Working Day* (1989, com Philip S. Foner); *Towards the Abolition of Whiteness: Essays on Race, Politics, and Working Class History*

(1994); *The Wages of Whiteness: Race and the Making of the American Working Class* (2007); *How Race Survived US History: From Settlement and Slavery to the Obama Phenomenon* (2010); *Seizing Freedom: Slave Emancipation and Liberty for All* (2015). Todos referidos e discutidos em *Class, Race, and Marxism*, que, vale a pena repetir, acaba sendo boa leitura de introdução ao pensamento do autor.

No livro recém lançado, Roediger traz dois conjuntos de dados como ponto de partida para refletir. (1) O número de greves com mais de mil trabalhadores nos Estados Unidos se reduziu de uma média de 300 por ano, para somente 5 em 2009, 11 e 12 em 2014 e 2015; (2) a frequência de prisões de pessoas negras aumentou na comparação com a prisão de brancos - em 2007, os cidadãos negros eram presos sete vezes mais do que brancos nos Estados Unidos; em 2017, a razão chegou a 16 vezes mais. Qual a relação entre essas duas séries históricas?²

O autor elege como tema principal dos três primeiros capítulos da primeira parte a dificuldade de falar e escrever a respeito de raça-classe. Para tal, discute “tom e substância” das polêmicas em torno da articulação entre classe e raça; bem como defende que as duas categorias são fundamentais para fazer análises históricas e possibilitar ações políticas atualmente. O autor retoma criticamente a proposta de David Harvey (2014) em *17 contradições e o fim do capitalismo*, para quem a pergunta certa a ser feita seria: como as lutas antirracistas, feministas etc., podem se efetivar como práticas anticapitalistas?

Para Harvey, as contradições do capital não podem ser diretamente explicadas por questões de raça, gênero, etc. Estas categorias não seriam típicas ou próprias das contradições do capital. Estas poderiam, por outro lado, ser racializadas como acontece nos Estados Unidos, ainda que, também lá, de acordo com Harvey, movimentos antirracistas possam, ao mesmo tempo, ser pró-capitalistas. Roediger procura mostrar que Harvey encontrou uma boa maneira de discordar de seus argumentos discutindo a maneira como o capitalismo produz raças e racismo como uma das condições de sua reprodução.

² Embora os dados trazidos se refiram aos Estados Unidos, estudos recentes, como o de Ruy Braga (2012) sobre a fatia da população por ele denominada precariado, mostram tendências parecidas em diversos países.

A sequência de ponderações a respeito do tom e substância de estudos sobre raça e classe avança até chegar, no terceiro capítulo, em George Rawick, um “intelectual branco entre intelectuais negros”, que Roediger tem como mestre e antecessor. As barreiras raciais se tornaram, de acordo com a análise de Roediger, o espaço para a reflexão de Rawick. Aqui, os pontos de partida muitas vezes são multifacetados, contraditórios e imperfeitos, mas Rawick se tornou “um produto, um beneficiário e um produtor” de reflexões “entre intelectuais negros”. De Rawick a Harvey, parece que Roediger se preocupa em pensar as melhores maneiras de intelectuais brancos colaborarem com as discussões do eixo raça-classe.

A ênfase ao debate entre Harvey e Roediger, chegando a Rawick, pode dar a impressão de que Roediger não dialoga com pensadores negros. Isso é incorreto. W. E. B. Du Bois e C. L. R. James são duas das principais referências, costurando o livro do começo ao fim. O autor afirma (p. 25) que os estudos retêm à ideia de capitalismo racial, ao invés de simplesmente capitalismo, fundamentada na obra de Cedric Robinson, *Black Marxism: The Making of the Black Radical Tradition*, de 1983, que, paradoxalmente, não está diretamente referida, mas aparece a partir de estudos secundários. Por fim, intelectuais como Paul Gilroy são discutidos em diversos momentos.

Aproveitando a referência a Gilroy, gostaria de trazer ainda uma anotação a respeito do primeiro capítulo, “The retreat from Race and Class”: ele, em grande medida, discute os argumentos de *After Race* (DARDER; TORRES, 2004), e *Against Race* (GILROY, 2000). Para Roediger, ambos entendem que voltar atrás da noção de raça e, no limite, não mais utilizá-la, reforçaria as lutas contra hierarquias racializadas (p. 40ss.). Este passo da discussão tem especial relevância para brasileiros, já que Roediger retoma um debate sobre a questão racial no Brasil, provocado pelo artigo de Pierre Bourdieu e Loic Wacquant, de 1999, traduzido para o português em 2002 como “Sobre as artimanhas da razão imperialista”.

Os pesquisadores franceses teriam proposto que o nivelamento ou achatamento das noções de classe e raça produzia más formas de compreensão histórica e de possibilidades políticas no Brasil daquele período. Isso porque a noção de “raça” seria produzida desde o “imperialismo cultural” das universidades norte-americanas, o que levaria brasileiros a pensarem neutralizando o próprio contexto histórico. A ideia de raça discutida em

universidades norte-americanas seria muito diferente das ideias que os brasileiros fazem a respeito das questões raciais, conseqüentemente o Brasil estaria importando ideias e deixando de prestar atenção na própria maneira de pensar o problema.

Roediger sintetiza da seguinte maneira as respostas dadas por diversos pesquisadores ao artigo de Bourdieu e Wacquant: tanto pesquisadores brasileiros quanto norte-americanos entenderam que, ao contrário do que argumentaram Bourdieu e Wacquant, a noção de raça era pouco utilizada em discussões. Ainda de acordo com as respostas tal como sintetizadas por Roediger, o imperialismo cultural norte-americano tem sido discutido nas universidades brasileiras há algum tempo. O argumento de Roediger não especifica do que se trata, mas dá a entender que o acúmulo de discussão sobre imperialismo cultural se refere tanto à questão específica do termo raça quanto à presença, por exemplo, dos chamados “enlatados” na vida brasileira. As respostas ao artigo de Bourdieu e Wacquant também consideraram que brasileiros e norte-americanos produziram reflexões duradouras sobre o deslocamento dos povos indígenas, o tráfico de escravos, a escravidão e o imperialismo. Estes processos, por sua vez, produziram sociedades a um só tempo diferentes e comparáveis, com hierarquias e dilemas raciais de consideráveis conseqüências.

Em resumo, a primeira parte do livro diz respeito ao tom encontrado - ou desconhecido - por intelectuais para intervir nos debates sobre raça e classe.

A segunda parte é formada por três capítulos, que formam, digamos, uma história de longa duração, desde a remoção dos índios de suas terras, passando pela escravidão negra e pela administração do trabalho em fazendas de algodão, até chegar às dificuldades para uma solidariedade de classe na atualidade, que estaria, é bom lembrar, relacionada com os recuos objetivos na atividade sindical e nas condições de vida das populações afrodescendentes nos Estados Unidos.

O capítulo 4, “Removing Indians, Managing Slaves, and Justifying Slavery: The Case for Intersectionality”, analisa jornais, panfletos, almanaques e livros escritos desde a perspectiva de grandes proprietários rurais. Nele, encontramos elementos para reforçar o argumento de que uma elite agrícola branca disseminou ao longo do século XIX nos Estados Unidos práticas e ideias

baseadas nas suposições de que negros não tinham inteligência para administrar fazendas, mas eram bastante hábeis no trabalho; índios, por sua vez, eram incapazes de *husbanding land*. Negros e índios, portanto, precisariam ser dirigidos por essa elite. Essa direção era pensada como moderna, voltada para o mercado, civilizadora. A guerra civil norte-americana - na medida em que, em determinado momento, as terras foram todas roubadas dos índios e incorporadas à lógica da propriedade - poderia ser explicada ao menos em parte por esse fenômeno. Norte e sul teriam passado a disputar o assenhoreamento dos mesmos recursos: corpos e terras.

Esse capítulo prepara a discussão do próximo, escrito a quatro mãos, com Elizabeth Esch, “One Symptom of Originality”. Ele parte das hipóteses de pesquisadores – especialmente Dipesh Chakrabarty e Michael A. Lebowitz – para quem o capital não apenas leva a uma cooperação decorrente da concentração de trabalhadores, como Marx descreve, mas também essa concentração induz a uma divisão de trabalhadores (“*they divide workers*”, p. 122) na estrutura da divisão do trabalho. Racializados e nacionalizados, os trabalhadores passam a competir entre si por um lugar ao sol da exploração e suas lógicas de reconhecimento. O seguinte trecho sintetiza muita coisa:

“As members of both a white settler and a slaveholding society, Americans developed a sense of themselves as white by casting their race as uniquely fit to manage land and labor and by judging how other races might come and go in the service of that project. Dispossession of Indians, and the ‘changes in the land’ that it entailed and celebrated, found much justification in the supposed inability of indigenous people to ‘husband,’ or manage, the resources at their command. Early American management decisions centered on what sort (and quickly on what ‘race’) of coerced labor was most economical, skilled, durable, efficient and tractable. [...] The factory and plantation coexisted as the most spectacular sites for management of labor in the Americas with, if anything, the latter providing models for the former” (p. 123, 124).

Surgiu, de acordo com Esch e Roediger, já por volta dos anos 1830, todo um pseudocientífico debate a respeito das melhores maneiras de administrar negros e fazendas. Por mais absurdos que fossem os argumentos, ou justamente porque nessas horas o que menos importa são argumentos, a pseudociência ganhou contornos transnacionais. Explorações em outros países e “importação” de

escravos chineses, além dos africanos, passaram a ser racionalizados por preconceitos raciais supostamente calcados na ciência e na observação. A raça de cada trabalhador era, já em meados do século XIX, um fator fundamental para os cálculos “racionais” do lucro. Cada raça tinha certas peculiaridades. Os brancos, reclamava um feitor, não podem ser dirigidos. Eram os anos em que apareceram certos americanismos linguísticos, como *nigger work*, *slave like a nigger* e *Irish nigger*.

A questão, nesse ponto, remete outra vez para a divisão entre trabalhadores provocada pela concentração deles em fazendas, fábricas e cidades. Roediger parece sugerir que um ponto crucial nas lutas de classe contemporâneas e nas lutas dos movimentos negros contemporâneos reside em identificar, criticar e resistir à crescente perda de solidariedade entre os próprios trabalhadores e solidarização em relação ao capital como única perspectiva capaz de administrar os recursos do planeta. Roediger sugere que sejam quais forem as respostas, seria preciso que movimentos sociais ou antes deles “as lutas” as elaborassem e que as universidades as pudessem escutar atentamente.

A propriedade de terras nos Estados Unidos e a possibilidade de gerenciá-la estão ligadas, sintetiza Roediger, às seguintes ideias nucleares: índios não sabem gerir a própria terra, que sejam mortos e expulsos para dar lugar a quem pode civilizar e modernizar a agricultura; negros não sabem gerir o próprio trabalho, que sejam sequestrados e educados para o trabalho duro; mulheres não sabem gerir o próprio corpo, que sejam tuteladas a usá-lo na reprodução de mão-de-obra, de herdeiros e nos cuidados exigidos por essa reprodução. É evidente que, assim pensada, a elaboração precisa ser deslocada para fazer surgir um problema. Que o índio seja sua terra, o negro seu trabalho e a mulher seu corpo desde a perspectiva do proprietário branco, leva a superar, no sentido de aprofundar, as interrelações entre gênero, raça e classe. Está bem vista a importância que essa descrição histórica do processo atual de perda de solidariedade nos Estados Unidos.

Para concluir, retorno aos problemas de “tom” enfrentados nos primeiros capítulos do livro. Do ponto de vista da disciplina em que atuo como professor, a teoria da literatura, a raça teve e tem especial importância. Foi um dos principais conceitos operados pelos “Naturalistas”, na tentativa de romper com a retórica e a gramática como esteios da interpretação literária. Ou seja, quando

a humanidade ocidental procurou historicizar a interpretação da arte, uma de suas primeiras operações foi racializar a discussão. A historicização das formas artísticas, desde Hegel, tem na reflexão sobre as raças um de seus esteios. No Brasil, Silvio Romero, no final do século XIX, se valeu da ideia de raça para tentar explicar e julgar obras literárias e até mesmo se insinuar por interpretações mais amplas: calcado na ideia de mestiçagem, procurou construir uma narrativa para o suposto atraso da cultura brasileira. Machado de Assis era péssimo escritor por fazer parte da “sub-raça cruzada brasileira”. Índios, negros, caboclos em sua incultura e falta de técnica precisariam sempre o polimento e a inteligência do branco europeu. Vê-se aí que uma retomada crítica das ideias de Roediger, pode ajudar a pensar questões brasileiras em diversos áreas do saber e em diversos campos de atuação política.

Referências bibliográficas

- BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- DARDER, Antonia; Torres, Rodolfo D. *After Race: Racism after Multiculturalism*. New York: NYU Press, 2004
- GILROY, Paul. *Against Race: Imagining Political Culture beyond the Color Line*. Cambridge: Belknap Press, 2000.
- HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ROBINSON, Cedric. *Black Marxism: The Making of the Black Radical Tradition*, de 1983,
- WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário da cultura e da sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- WISNIK, José Miguel. *Veneno remédio: o futebol e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.